



Aracaju

Prefeitura da Cidade

Uma cidade para todos



Secretaria Municipal de Administração
Secretaria Municipal de Governo

CONCURSO PÚBLICO

CURSO DE FORMAÇÃO
3.^a TURMA

Aplicação: 14/4/2007

CESPE UnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

GUARDA MUNICIPAL GM-1

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **quarenta** itens, correspondentes à prova objetiva do Curso de Formação — 3.^a Turma —, corretamente ordenados de **1 a 40**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **uma hora e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, meia hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (Datas Prováveis)

- I **14/4/2007**, após as 12 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, Internet — www.cespe.unb.br/prefguarda2003.
- II **16 e 17/4/2007** — Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet (veja item I), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **4/5/2007** — Resultado final do Curso de Formação — 3.^a Turma: Internet (veja item I) e Diário Oficial do Município de Aracaju.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 8 do Edital n.º 12/2007, de 19/3/2007.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/prefguarda2003.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 40 se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

PROVA OBJETIVA

Um guarda municipal, no exercício de suas funções, deu voz de prisão a um cidadão imputável que momentos antes havia destruído as luminárias de uma praça municipal. Um amigo do infrator, também imputável, ao perceber a legítima atuação do guarda, opôs-se com violência à realização da prisão, logrando, com a sua intervenção, impedir a execução do ato, visto que o autor do dano conseguiu evadir do local do crime.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 1 Como as luminárias danificadas pertenciam à municipalidade, a conduta do evasor caracterizou o crime de dano qualificado.
- 2 A conduta do amigo do infrator que impediu a prisão está acobertada pela legítima defesa de terceiro, pois o guarda municipal não possui autoridade para efetuar prisões, sendo tal ato de competência exclusiva da polícia militar e da polícia civil.
- 3 A conduta do amigo do infrator, que se opôs à atuação do guarda municipal mediante violência, caracteriza o crime de resistência qualificada, uma vez que o ato legal, em razão da resistência, não foi executado.
- 4 Caso fosse realizada a prisão do responsável pela destruição das luminárias, este não poderia ser autuado em flagrante delito, pois não foi abordado pelo guarda municipal no momento do cometimento da infração penal e, sim, logo após o dano.
- 5 Como ambas as condutas, a do infrator e a de seu amigo, são consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo, a competência para processo e julgamento dos autores é do Juizado Especial Criminal.

No que tange às garantias referentes à inviolabilidade do domicílio, à liberdade de locomoção, aos direitos do preso e às demais garantias constitucionais, julgue os itens seguintes.

- 6 A expressão “casa”, abrangida pelo texto constitucional e pelo Código Penal, compreende compartimentos habitados, aposentos ocupados de habitação coletiva, compartimentos não-abertos ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade, tavernas, casas de jogo e outras do mesmo gênero.
- 7 A Constituição determinou que o preso deve ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, bem como o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- 8 Considere a seguinte situação hipotética.
João, na audiência de seu interrogatório, após ter sido devidamente qualificado e cientificado da acusação que lhe fora atribuída, recebeu do juiz a informação de que tinha o direito de permanecer calado e de não responder às perguntas formuladas. Resolveu, então, exercitar o direito ao silêncio e nada respondeu. Terminada a audiência, o juiz alertou o réu de que o seu silêncio importaria em prejuízo ao final do processo, utilizando, na ocasião, a expressão “quem cala consente”.
Nessa situação, a autoridade judiciária agiu equivocadamente pois o silêncio do acusado, que não importa em confissão, não pode ser interpretado em prejuízo de sua defesa.
- 9 Considere a seguinte situação hipotética.
Um guarda municipal, durante a madrugada, no exercício de suas atribuições, ouviu gritos que pareciam vir de um domicílio localizado nas proximidades da prefeitura. Suspeitando de que algo grave estivesse ocorrendo, aproximou-se do local. Ao ouvir claramente desesperados gritos de socorro, esse agente público resolveu arrombar a porta da casa e, ao adentrar o recinto, constatou que um homem tentava enforcar uma mulher com um fio elétrico. O guarda municipal solicitou apoio policial e deu voz de prisão ao agressor.
Nessa situação, o agente público, ao arrombar a porta e invadir domicílio alheio, agiu corretamente, uma vez que a Constituição Federal permite a violação do domicílio, sem o consentimento do morador, em caso de flagrante delito ou desastre.

10 De acordo com a lei, ninguém pode ser preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, excetuados os casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei, bem com a prisão em flagrante, realizada pela autoridade policial, sem mandado Judicial.

11 Considere a seguinte situação hipotética.

O prefeito de determinado município fez editar um decreto que proíbe a realização de passeatas, comícios, assembleias e outras manifestações públicas nas praças municipais e nas suas adjacências.

Nessa situação, a norma editada é inconstitucional, pois a Constituição Federal garante o direito de reunião em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que pacificamente, sem armas e sem frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens que se seguem.

12 Considere a seguinte situação hipotética.

Um funcionário público, tendo sido designado para presidir um processo administrativo, solicitou de um particular, interessado diretamente no desenrolar do procedimento, determinada quantia em dinheiro, visando apressar o andamento do processo. O particular, inconformado com a solicitação, denunciou o fato às autoridades competentes e não atendeu a pretensão do funcionário público.

Nessa situação, se ficar demonstrado que efetivamente ocorreu a solicitação da vantagem indevida por parte do servidor, este deve ser responsabilizado por tentativa de corrupção passiva, visto que não recebeu a vantagem.

13 Considere a seguinte situação hipotética.

Um policial militar, após flagrar um conhecido traficante de drogas com a posse de substância entorpecente destinada à venda, exigiu deste vultosa soma em espécie para não realizar a prisão. O traficante, de imediato, providenciou o pagamento, livrando-se, por consequência, da prisão em flagrante.

Nessa situação, a conduta do policial militar é enquadrada como crime de concussão em sua forma consumada.

14 Considere a seguinte situação hipotética.

Um escrivão de polícia, após formalizar na delegacia, a apreensão de diversas jóias produtos de roubo, apropriou-se de parte delas, ofertando os objetos à esposa, como presente de casamento. Posteriormente, o desaparecimento das jóias foi descoberto e, após investigações, logrou-se atribuir a autoria do delito ao escrivão de polícia.

Nessa situação, o escrivão responde por crime de furto.

15 A pena cominada para o crime de desobediência, capitulado como crime praticado por particular contra a administração em geral, é de detenção de 15 dias a 6 meses e multa. Levando-se em conta a pena máxima cominada, o crime de desobediência é considerado infração penal de menor potencial ofensivo, cujo processo e julgamento é da competência do Juizado Especial Criminal.

16 Considere a seguinte situação hipotética.

Um empregado doméstico, visando garantir o recebimento dos salários atrasados a que tinha direito, não-pagos pelo patrão, apropriou-se de uma bicicleta de propriedade deste. Diante do ocorrido, o patrão compareceu a uma delegacia de polícia e lá solicitou o registro do fato como crime de furto.

Nessa situação, o enquadramento da conduta do empregado solicitado na delegacia foi equivocado, pois se trata de crime de exercício arbitrário das próprias razões, a ser atribuído ao empregado, que agiu com o intuito de fazer justiça com as próprias mãos.

No que concerne à parte geral do Código Penal, julgue os itens subsequentes.

17 A ilicitude de uma conduta representa a consequência jurídica do crime, sendo requisito de aplicação da respectiva sanção penal.

18 Tipicidade é a correspondência entre um fato praticado pelo agente e a descrição de cada espécie de infração contida na lei penal. A tipicidade traz consigo o indício da antijuridicidade.

19 O Código Penal adotou a divisão tripartida para a conceituação de infração penal, expressão que engloba as espécies crime, delito e contravenção penal.

20 Sujeito ativo ou agente de uma infração penal é o titular do bem juridicamente tutelado pelo Estado, que teria sido ameaçado ou violado.

Com referência a noções de legislação de trânsito, julgue os itens que se seguem.

- 21** No âmbito do Sistema Nacional de Trânsito, o órgão executivo de trânsito do município de Aracaju é o Departamento de Estradas de Rodagem.
- 22** Considere a seguinte situação hipotética.
O condutor de um veículo automotor foi autuado por ter cometido infração de trânsito e contra ela apresentou defesa prévia, que ainda não foi julgada.
Nessa situação, a autoridade de trânsito não pode impor nenhuma restrição, inclusive para fins de licenciamento e transferência do veículo, até que a penalidade seja aplicada.
- 23** Uma das diferenças básicas entre infração de trânsito e crime de trânsito refere-se ao fato de que aquela tem caráter meramente administrativo, enquanto este tem caráter judicial.
- 24** Considere a seguinte situação hipotética.
Júlio manobrou seu automóvel de forma a cometer lesão corporal culposa contra César, seu desafeto, no momento em que este atravessava uma faixa de pedestre.
Nessa situação, o fato de a lesão ter sido praticada na faixa de pedestre constitui circunstância agravante do crime cometido por Júlio.
- 25** Constitui circunstância agravante o condutor do veículo deixar, na ocasião de acidente de trânsito, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública.
- 26** Considere a seguinte situação hipotética.
Em uma viagem interestadual, Márcio, devidamente habilitado, conduzia seu veículo automotor, mas, em determinado trecho, confiou a direção do veículo a Paulo, que, embora fosse maior de idade, não tinha habilitação para dirigir.
Nessa situação, tanto Márcio quanto Paulo cometeram crime de trânsito.
- 27** As ordens dos agentes da autoridade de trânsito emitidas por meio de gestos têm prevalência sobre as normas de circulação e outros sinais.
- 28** A sinalização vertical de indicação visa identificar para os usuários as condições, as proibições, as obrigações ou as restrições no uso da via.
- 29** Na sinalização horizontal, a cor verde é empregada para melhorar a percepção dos condutores quanto às condições de pavimentação e de funcionamento da via.
- 30** Na sinalização horizontal, a cor amarela é utilizada na regulação de fluxos de sentidos opostos, na delimitação de espaços proibidos para estacionamento e(ou) parada e na demarcação de obstáculos.
- 31** Cones, tapumes, cavaletes e elementos luminosos são exemplos de dispositivos que costumam ser utilizados para alterar as características do pavimento da via.

- 32** Ao condutor que, durante o período de vigência de sua permissão para dirigir, for reincidente em infração média não se conferirá, ao fim desse período, a carteira nacional de habilitação (CNH).
- 33** Considere que uma empresa divulgue anúncio oferecendo vaga para o cargo de motorista de ônibus de passageiros. Nessa situação, para poder assumir a vaga oferecida pela empresa, o motorista deve ter, no mínimo, CNH de categoria D.
- 34** O condutor e o passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo motorizado e quadriciclo motorizado, para circularem em via pública, devem utilizar capacete com viseira ou, na ausência desta, óculos de sol.
- 35** Veículos com placas de identificação externa em fundo preto e caracteres na cor de bronze são classificados como veículos de coleção.
- 36** As disposições da Resolução do CONTRAN n.º 197/2006, que regulamenta o dispositivo de acoplamento mecânico para reboque (engate) utilizado em veículos com PBT de até 3.500 kg, não se aplicam aos veículos cujos proprietários adquiriram tal dispositivo antes da publicação da referida resolução e o instalaram meramente como acessório.
- 37** Entre as infrações de trânsito, inclui-se, quanto à gravidade, a infração levíssima, normalmente cometida por pedestres e punida com advertência por escrito.
- 38** A critério do agente da autoridade de trânsito, a medida administrativa de retenção pode não se dar de forma imediata quando se tratar de veículo que esteja transportando passageiros ou que esteja transportando produto perecível ou perigoso, desde que o veículo ofereça condições de segurança para a circulação na via pública.
- 39** Considere a seguinte situação hipotética.
Júnior conduzia seu veículo quando percebeu ter errado o trajeto que planejava. Para corrigir o erro e não perder mais tempo, ele executou uma operação de retorno passando com seu veículo sobre a calçada.
Nessa situação, Júnior cometeu infração que é enquadrada no código 600-9.
- 40** Considere a seguinte situação hipotética.
Anastácio dirigia seu veículo com o braço esquerdo do lado de fora do veículo quando foi interceptado por agente da autoridade de trânsito.
Nessa situação, Anastácio deve ser autuado pelo cometimento de infração correspondente ao código 731-5.